



## Execução fiscal, registro de imóveis e alienação de bens(1)

**Autor: João Pedro Lamana Paiva**

Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS

publicado em 28.02.2013

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

### Introdução

A título de uma breve noção histórica sobre o Registro de Imóveis, podemos dizer que nosso sistema de registro imobiliário surgiu em 1864, sendo que no início só produzia atos registrais de efeito apenas **declarativo**.

Em 1890, surgiu nosso primeiro sistema registral que produzia atos com efeito **constitutivo** – o Sistema Torrens –, que era, entretanto, de caráter **facultativo** para o registro da propriedade imobiliária.

A partir do Código Civil de 1916, o país adotou um sistema registral **misto** (produzia atos com efeitos constitutivo e declarativo) e de caráter universal e **obrigatório**.

O atual Código Civil (2002) manteve esse último sistema.

Dizer que o sistema registral brasileiro é de natureza **mista** significa que ele atribui aos atos que nele tenham ingresso, por meio de registros/averbações, os seguintes efeitos:

- a) **Constitutivo** – quando cria um direito e gera ficção de conhecimento para o Brasil e o mundo. Ex.: compra e venda de imóvel;
- b) **Declarativo** – quando simplesmente declara o direito. Ex.: nascimento.

#### 1.1 Características das atividades registral e notarial

As atividades notariais e registrais consolidadas em nosso país estão organizadas de modo a proporcionar **segurança jurídica** aos usuários do sistema.

O **Notário** é o receptor da vontade das partes, na medida em que atua com imparcialidade, saneando e prevenindo litígios e provando os negócios jurídicos.

Já o **Registrador** atua como se fosse um magistrado, em virtude de que somente a ele cabe exercer o princípio da **qualificação do título** a ser registrado, admitindo ou não o ingresso do documento no fôlio real. De tal forma, nenhuma máquina ou tecnologia o substituirá. Assim, estando o título em ordem, será procedido ao ato, o que gerará publicidade (ficção de conhecimento).

#### 1.2 Tendências de desjudicialização de procedimentos e sistema registral

Depois da reforma do Poder Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45/2004, ganhou ênfase a **desjudicialização** de procedimentos e, por consequência, o oferecimento de opção de sua realização por meio da via **extrajudicial** ou administrativa, a qual confere maior **celeridade** e **menores custos** aos usuários dos serviços.

Percebe-se que as legislações deste novo século ressaltam a importância das atividades registrais e notariais e a confiabilidade do critério prudente e técnico do Registrador e do Notário, consagrando sua **independência** (Lei nº 8.935/94) e sua **autonomia funcional** por meio de Leis como as seguintes:

a) Relacionadas a direito de família e sucessões:

- **Lei 11.441/2007** (separação, divórcio, inventário e partilha extrajudiciais);
- **Lei 11.790/2008** (registro tardio de nascimento);
- **Lei 12.010/2009** (alterações na legislação de adoção);
- **Lei 12.100/2009** (retificações no Registro Civil de Pessoas Naturais).

b) Relacionadas a gestão urbanística e ambiental:

- **Lei 10.257/2001** (estatuto da cidade);
- **Lei 10.267/2001** (georreferenciamento);
- **Lei 10.931/2004** (retificação, patrimônio de afetação, etc.);
- **Lei 12.651/2011** (novo Código Florestal).

c) Relacionadas a regularização fundiária:

- **Lei 11.481/2007** (regularização fundiária em ZEIS);
- **Lei 11.977/2009** (regularização fundiária urbana);
- **Lei 12.424/2011** (ampliação da usucapião extrajudicial).

d) Relacionadas a processo de execução e fiscalização financeira:

- **Lei 11.382/2006** (averbação premonitória, da penhora e outros institutos);
- **Lei 12.683/2012** (comunicação de operações financeiras ao COAF).

e) Relacionadas a negócios imobiliários:

- **Lei 12.693** (contratos do PMCMV);
- **Lei 12.703/2012** (portabilidade dos financiamentos imobiliários).

### 1.3 Vocação do Registro de Imóveis

A vocação histórica do Registro Imobiliário é a de conferir **segurança jurídica** à fruição dos direitos imobiliários e à realização dos negócios que envolvam imóveis.

Daí a máxima popular “quem não registra não é dono!”, porque somente o Registro Imobiliário está apto a conferir certeza acerca da propriedade imobiliária e aos demais direitos a ela conexos ou dela derivados.

### 1.4 Importância do Registro Imobiliário

Nesse sentido, o Registro Imobiliário constitui um verdadeiro imperativo de ordem social, já que a propriedade imobiliária vai-se consolidar em relação àquele que tiver o título hábil inscrito em seu nome no álbum imobiliário, com exclusão de qualquer outra pessoa.

De acordo com nosso sistema legal, a **transferência da propriedade** imóvel,

entre vivos, dá-se pelo **registro do título** translativo no Registro de Imóveis (art. 1.245 do Código Civil).

## 2 A execução fiscal e o Registro de Imóveis

“O Registro Imobiliário é uma Instituição, fundamentada num Sistema de Publicidade provocada e estável de situações jurídicas prediais que opera mediante inscrição de fatos jurídicos (*lato sensu*), tendo como finalidade assegurar, formalmente, determinados interesses da Comunidade.”

Ricardo Dip

### 2.1 A Lei nº 6.830/1980

A cobrança de todos os créditos inscritos na **Dívida Ativa** da Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), tanto a definida como tributária quanto a definida como não tributária, ou de qualquer valor que a esses entes públicos caiba por lei realizar a cobrança, tem sua **execução judicial** regulada pela Lei Federal nº 6.830/1980, sendo comumente denominada de **execução fiscal**.

### 2.2 Princípios registrais aplicáveis

Muitos são os princípios registrais que se comunicam de forma intensa com a prática da execução fiscal, em especial:

#### Princípio da prioridade

Esse princípio confere ao primeiro que apresentar o título para registro/averbação, a preferência na realização do ato e, assim, a prioridade do direito real oponível *erga omnes*. Vale a máxima que diz: **“O Direito não socorre quem dorme”**.

O lançamento do título no Livro Protocolo, com a aquisição do número de ordem, determina a precedência do direito real (artigos 174 e 182 a 186 da Lei nº 6.015/1973).

#### Princípio da disponibilidade

Tem por finalidade controlar o conteúdo e a qualidade dos direitos transmitidos. Visa respeitar o brocardo jurídico que afirma que: **“Ninguém pode transferir mais direitos do que os constituídos pelo registro imobiliário”**, compreendendo as disponibilidades física (área disponível do imóvel) e jurídica (a vincular o ato de disposição à situação jurídica do imóvel e da pessoa).

Está previsto nos artigos 172, 196, 225, 227, 228, 236 e 237 da Lei dos Registros Públicos, bem como no art. 1.228 do Código Civil.

#### Princípio da continuidade

Impede o lançamento de qualquer ato registral sem a existência de registro anterior, bem como obriga a menção das referências originárias, derivadas e sucessivas. Está consagrado nos artigos 195, 196, 197, 222, 223, 225, 228, 229 e 237 da Lei nº 6.015/73.

É também denominado de princípio do trato sucessivo.

#### Princípio da qualificação

Quanto ao princípio da qualificação, explicita-se que consiste no direito-dever que o Registrador tem de analisar o ato, aderindo a ele, inclusive para efeitos de responsabilidade.

Diferencia-se da função meramente arquivadora que existe nos Estados Unidos, onde não há tal análise, correndo o adquirente os riscos, repassando-os às Seguradoras após exame de seus advogados.

Tal princípio coroa a função registral e importa em dar a ela uma solenidade toda

especial, gerando tranquilidade às partes.

Infere-se que o Registrador Imobiliário é independente para realizar a qualificação dos documentos a ele apresentados, a fim de verificar a sua legalidade para o lançamento do título no Fólio Real.

Não estando apto à realização do ato registral, o Ofício Imobiliário deverá fundamentar por escrito o motivo da devolução, a qual poderá ser submetida ao Processo de Dúvida, quando a parte interessada não se conformar com as exigências.

Sua previsão legal vem expressa por meio do art. 198 da Lei nº 6.015/73.

“Diz-se qualificação registral (imobiliária) o juízo prudencial, positivo ou negativo, da potência de um título em ordem a sua inscrição predial, importando no império de seu registro ou de sua irregistroação.” (Ricardo Dip)

### **Princípio da concentração**

Tem-se apregoado que, adotando-se o sistema tabular, deve ele ser completo. A matrícula (**fólio real**), em substituição às inscrições de cunho pessoal e cronológico, deve ser tão completa que dispense diligências outras, até criar-se a cultura da segurança jurídica.

O art. 167 da Lei 6.015/1973 pode ser considerado exaustivo por alguns. Todavia, o apego a essa conclusão não enriquece o sistema, também porque o art. 246 da mesma Lei permite ilações no sentido de se dar elasticidade ao comando legal.

Assim, a nosso ver, nenhum fato jurígeno ou ato jurídico que diga respeito à situação jurídica do imóvel ou às mutações subjetivas pode ficar indiferente à sua inclusão na matrícula.

Além dos atos translativos de propriedade, das instituições de direitos reais, à matrícula devem acorrer:

- os atos que restringem a propriedade;
- os atos constrictivos (penhoras, arrestos, sequestros, embargos), mesmo de caráter acautelatório;
- as declarações de indisponibilidade;
- as ações pessoais reipersecutórias e as reais;
- os decretos de utilidade pública;
- as imissões nas expropriações;
- os decretos de quebra;
- os tombamentos;
- os atos judiciais;
- os comodatos;
- as servidões administrativas;
- os protestos contra a alienação de bens;
- os arrendamentos, as parcerias.

Em síntese, todos os atos e fatos que possam implicar a alteração jurídica da coisa, mesmo em caráter secundário, mas que possam ser oponíveis, devem ser trazidos à matrícula sem a necessidade de se buscar alhures informações outras,

o que conspiraria contra a dinâmica da vida.

### 2.3 Forma dos títulos

Os títulos judiciais relacionados à execução mais comumente apresentados a registro são:

- As penhoras;
- Os arrestos;
- Os sequestros;
- As medidas cautelares fiscais;
- As indisponibilidades;
- As certidões premonitórias.

#### 2.3.1 Penhora

A penhora consiste na constrição judicial destinada à plena satisfação do quanto é devido pelo executado, incidindo em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios.

Quando essa constrição incidir sobre **imóveis**, a lei processual autoriza procedimento registral específico, nos termos do § 4º do art. 659 do CPC:

“§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 652, § 4º), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.” (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 11.382, de 06.12.2006).

A **finalidade** dessa providência é o estabelecimento de uma **presunção absoluta** de conhecimento por terceiros acerca da constrição determinada sobre os bens do executado.

Como se pode observar, o procedimento registral da penhora que anteriormente era efetivado no álbum imobiliário por ato de **registro** – o que ocasionava dificuldades no seu procedimento, em virtude do princípio da qualificação documental – passou, depois da reforma do CPC pela Lei nº 11.382/2006, a tratar-se de ato de **averbação**.

#### 2.3.2 Penhora *Online*

Dispõe-se, hoje, da possibilidade de promoção dessa constrição judicial por **meio eletrônico** (a denominada “Penhora *Online*”) a qual pode incidir não somente sobre dinheiro como também sobre bens móveis e imóveis (§ 6º do art. 659 do CPC).

#### 2.3.3 Arresto

O arresto é também uma forma de constrição judicial, só que concedida cautelarmente, nos termos do art. 813 do CPC, destinando-se a assegurar a efetividade de uma execução contra devedor solvente, na medida em que retira bens da esfera de domínio do devedor, impedindo-o de alienar ou desviar os referidos bens, que passam a constituir uma garantia do credor. Tem lugar quando o devedor começa a dilapidar seu patrimônio e com isso pode vir a frustrar a satisfação do crédito do credor.

Nos termos do art. 821 do CPC, aplicam-se, complementarmente ao **arresto** as disposições referentes à **penhora**.

#### 2.3.4 Sequestro

O **sequestro** também é uma forma de constrição judicial sobre bens, concedido cautelarmente nos termos do art. 814 do CPC, destinando-se à proteção de determinado bem sobre o qual pesa um litígio até que seja outorgado, por decisão judicial, a um dos litigantes.

São aplicadas ao **sequestro**, nos termos do art. 823 do CPC, no que for cabível, o estatuído para o **arresto** e, conseqüentemente, para a **penhora**.

#### 2.3.5 Registros da penhora ou do arresto

Nos termos do art. 7º, IV, c/c o art. 14 da Lei nº 6.830/1980, o registro da penhora, em sede de execução fiscal, **independe do pagamento de emolumentos** no Registro de Imóveis, podendo ser procedida a partir da apresentação de **cópia** do termo ou auto de penhora ou arresto, acompanhada da ordem judicial.

#### 2.3.6 Medida cautelar fiscal e indisponibilidade de bens

Apesar de a Lei nº 6.830/1980, em suas disposições, referir a **penhora** e o **arresto** como medidas contempladas no âmbito do processo executivo fiscal, essas medidas correspondem, basicamente, na atualidade, à **medida cautelar fiscal**, regulada pela Lei nº 8.397/1992 que, nos termos de seu art. 4º, determina a **indisponibilidade** dos bens do requerido **até o limite de satisfação da obrigação**.

Quanto ao particular aspecto dessa medida cautelar, é importante frisar, no âmbito registral, a necessidade de ser regulado procedimento a ser adotado nos seguintes casos:

- Como se deve estabelecer o limite (valor) suficiente para a satisfação da obrigação (que, na maioria das vezes, não é adequadamente especificado e, SMJ, não pode ficar ao prudente critério do registrador)?
- Qual imóvel, pertencente ao acervo patrimonial do executado, deve suportar a constrição?
- Qual o lapso temporal de manutenção da medida?
- Deve ser aguardado que o órgão judicial oficie informando sobre o levantamento da restrição (o que muitas vezes não ocorre)? ou
- Quando **não há imóveis** pertencentes ao executado, por quanto tempo fica determinada a vigência da medida? (Para a hipótese em que venha a adquirir imóvel **posteriormente** à determinação, o que, de regra, não é orientado.)

Frente a essas situações, o proceder do registrador tem sido o de fazer a medida constitutiva recair sobre **todos os imóveis** pertencentes ao executado **por tempo indeterminado**, até que o órgão judicial que determinou a constrição venha a manifestar-se sobre a desnecessidade de sua manutenção em relação a algum(ns) ou à totalidade dos imóveis, já que as hipóteses previstas para cessação da eficácia da medida cautelar (art. 13 da Lei 8.397/92) estão fora do controle do registrador, sendo operadas no âmbito judicial.

#### 2.3.7 Notícia de penhora

A Consolidação Normativa Notarial e Registral da CGJ-RS possibilita que seja **noticiada a penhora** quando faltantes requisitos formais que autorizem seu regular **registro**:

“Art. 396 – Na impossibilidade de se proceder ao registro da penhora por falta de requisitos formais no título apresentado, exigidos pela legislação em vigor, deverá o Registrador noticiar a existência da penhora por meio de averbação, nos termos do art. 167, inc. II, item 5, da Lei nº 6.015, de 31.12.73. Tal

averbação não prejudicará posterior registro do documento judicial, devidamente corrigido. Igual procedimento poderá ser adotado em caso de arresto ou sequestro. Os emolumentos do ato de averbação equivalerão a uma averbação sem valor declarado.”

### 3. Lei nº 6.015/1973 e fraude à execução

Na fraude à execução, sem o registro da penhora, ela não se caracteriza em relação à alienação do bem, cabendo ao adquirente demonstrar que não tinha ciência da constrição, não havendo dispensa, portanto, de comprovação da boa-fé.

O artigo 240 da LRP já previa que o registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

Quanto à prevenção contra a fraude à execução, é interessante perceber que, anteriormente à Lei nº 11.382/2006, o credor só poderia coibi-la depois e tão somente em relação ao objeto penhorado.

Com a criação da certidão premonitória, o quadro mudou, antecipando os efeitos dessa presunção para antes mesmo da citação do devedor.

Hoje, o exequente não precisa aguardar aperfeiçoamento de penhora, podendo desde a instrução da ação de execução, antes mesmo da citação, assegurar a satisfação do seu crédito. A distribuição da petição inicial autoriza ao exequente, a partir da obtenção da certidão do ajuizamento do feito, proceder à averbação nos Registros Públicos (RI e RTD).

#### 3.1 Certidão acautelatória/premonitória

A Lei 11.382/2006 prevê a possibilidade de o exequente proceder à **Reserva de Bens** no Registro de Imóveis mediante apresentação de certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de **averbação** no Fólio Real. Pode ter por objeto imóveis e veículos, bem como outros bens sujeitos a penhora ou arresto.

#### 3.2 Averbação premonitória

A **averbação premonitória** excepciona a regra geral da caracterização da fraude à execução, pois esta se forma, de modo geral, após a citação do devedor para responder a uma ação executória ou real; ato processual ausente quando estamos falando do artigo 615-A do CPC. A averbação premonitória tem as seguintes características:

- **Finalidade:** noticiar a formação de processo de execução que pode alterar ou modificar o direito de propriedade;
- **Averbação:** no Fólio Real (matrícula);
- **Prazo:** O exequente **deve** comunicar ao juízo competente sobre a concretização da averbação, no prazo de 10 dias.
- **Duração limitada:** até a formalização da penhora sobre bens suficientes para cobrir o valor da dívida, sendo canceladas as averbações destas certidões nos bens que não tenham sido objeto de penhora.

#### 3.3 Penhora: registro ou averbação?

A Lei nº 11.382/2006 estabeleceu a seguinte redação para o art. 659 do CPC:

“§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 652, § 4º), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva **averbação no ofício imobiliário**, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.” (o destaque é nosso)

A literalidade da disposição deixa claro que o procedimento registral da penhora, que anteriormente era efetivado no álbum imobiliário por **ato de registro**, ocasionando dificuldades em virtude do princípio da qualificação documental, agora se trata de **ato de averbação**.

- **Vantagens:** mais acesso a essas medidas acautelatórias no registro imobiliário, uma vez que torna mais efetivo e célere o ingresso dos mandados judiciais no fôlio real.
- **Finalidade:** presunção absoluta de conhecimento por terceiros.

### 3.4 Presunção absoluta ou relativa?

Segundo Humberto Theodoro Junior, essa presunção não é absoluta, não se equiparando a penhora aperfeiçoada, ainda mais se o executado continua a dispor de bens para satisfazer o crédito pleiteado;

O Desembargador Araken de Assis lembrando que a polêmica reside no fato de a averbação acautelatória não se enquadrar no artigo 240 da LRP, pois prescinde dos trâmites ulteriores da demanda afirma que se trata de presunção *juris et de jure*.

Em 2009, o STJ editou a Súmula nº 375, acerca da caracterização da fraude à execução, nos seguintes termos:

“O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.”

### 3.5 Novos procedimentos

Logo, deverá ser apresentado ao Registro de Imóveis:

**Mandado de Penhora** ou **Certidão de Inteiro Teor** do ato. Nesse caso, **independem de mandado judicial** ou, ainda, de auto ou termo de penhora.

#### **Requisitos:**

- nome e qualificação do credor/exequente e do devedor/executado;
- valor da dívida ou da avaliação do imóvel;
- nome do depositário;
- descrição do imóvel ou certidão da matrícula;

### 3.6 Outros procedimentos

Estando o imóvel em nome de terceiro que não o executado, deverá ser **devolvida** a ordem de registro, com **nota de impugnação**. Outrossim, poderá ser procedido ao registro/averbação no caso de reconhecimento de fraude à execução.

No Rio Grande do Sul, se o título não preencher os requisitos legais/formais, deverá o registrador **noticiar a existência da penhora por meio de averbação na matrícula e/ou à margem da transcrição (art. 396 da CNNR)**.

As penhoras oriundas de **execução fiscal** serão **averbadas** mediante a simples entrega, pelo Oficial de Justiça, da **cópia autenticada** da inicial, do despacho judicial e do auto de penhora.

## **4. Formas de alienação de bens**

- **Expropriação na execução**

A execução por quantia certa tem por objeto **expropriar** bens do devedor, a fim



de satisfazer o direito do credor (art. 646 do CPC).

Essa **expropriação** realiza-se, em princípio:

- Pela adjudicação em favor do exequente;
- Pela alienação por iniciativa particular;
- Pela alienação em hasta pública.
- **Adjudicação em favor do exequente**

O exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, pode requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados (art. 685-A do CPC, acrescido pela Lei 11.382/2006).

Se o valor do crédito for inferior ao dos bens, será depositada a diferença, à disposição do executado; se superior, a execução prosseguirá pelo saldo remanescente.

A adjudicação estará perfeita e acabada com a lavratura e a assinatura do auto pelo juiz e demais participantes do ato, expedindo-se a respectiva **carta de adjudicação** do bem imóvel (art. 685-B do CPC).

A carta de adjudicação conterá a descrição do imóvel, com remissão à sua matrícula e registros, a cópia do auto de adjudicação e a prova de quitação do imposto de transmissão.

- **Alienação por iniciativa particular**

Não realizada a adjudicação dos bens penhorados, o exequente poderá requerer sejam eles alienados por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor credenciado perante a autoridade judiciária (art. 685-C do CPC).

A alienação será formalizada por termo nos autos, assinado pelo juiz e pelos participantes do ato, expedindo-se carta de alienação do imóvel para o devido registro imobiliário (§ 2º do art. 685-C do CPC).

- **Alienação em hasta pública**

Não requerida a adjudicação e não realizada a alienação particular do bem penhorado, será expedido o edital de hasta pública (art. 686 do CPC).

Os procedimentos para a hasta poderão ser substituídos por alienação realizada por meio da rede mundial de computadores (Internet), com uso de páginas virtuais criadas pelos Tribunais ou com eles conveniadas (art. 689-A).

A arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até 15 dias, mediante caução (art. 690).

No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente, até o limite de seu crédito, e os pagamentos subsequentes pertencerão ao executado.

A arrematação constará de auto que será lavrado de imediato, nele mencionadas as condições pelas quais foi alienado o bem (art. 693).

A carta de arrematação do bem imóvel será expedida depois de efetuado o depósito ou de prestadas as garantias pelo arrematante.

Assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado (art. 694).

A carta de arrematação, visando às providências perante o Registro de Imóveis, conterá (art. 703, I, II e III, do CPC):

- a descrição do imóvel, com remissão à sua matrícula e registros;
- a cópia do auto de arrematação;
- a prova de quitação do imposto de transmissão.

### **Nota**

1. Tema apresentado no painel *Execução fiscal, registros públicos e alienação de bens* do Seminário Execução Fiscal, promovido pelo TRF da 4ª Região, pela EMAGIS e pela Procuradoria da Fazenda Nacional da 4ª Região, em 04.10.2012, na cidade de Londrina (PR).

### **Referência bibliográfica** (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

PAIVA, João Pedro Lamana. O § 4º do art. 394 do CPP e o procedimento penal na Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006). **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 52, fev. 2013. Disponível em: <[http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao052/Joao\\_Paiva.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao052/Joao_Paiva.html)>  
Acesso em: 08 mar. 2013.